



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

MEM. 02001.013436/2016-50 CGENE/IBAMA

Brasília, 15 de setembro de 2016

Ao Senhor Coordenador-Geral da CGFIS

Assunto: **Encaminha cópia do Parecer 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA _ CGTEE**

1. Encaminhamento, para conhecimento e medidas que julgar cabíveis, cópia do Parecer 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA, que reporta vistoria realizada na Usina Térmica Presidente Médice (UTPM) entre os dias 13 e 14 de setembro de 2016.
2. O parecer apresenta relato da situação do sistema de armazenamento de óleo combustível e dispositivos de controle ambiental associados.

Atenciosamente,


RAUL DA TRINDADE BARBOSA NETO
Coordenador-Geral da CGENE/IBAMA

A CGFIS

Para Conhecimento e providências pertinentes
Em, 22/09/16


Jair Schmitt
Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental
Coordenador-Geral

AO NULIC
Para ciência
Em 27.09.16

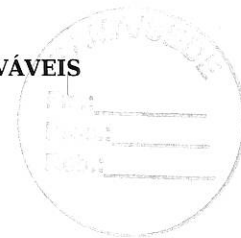

Reinaldo Luiz Furtado
Técnico Ambiental - mat. 687010
COFIS/CGFIS/DIPRO/IBAMA

EM BRANCO



CÓPIA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Elétrica, Nuclear e Dutos



PAR. 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA

Assunto: Licenciamento Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici (UTPM) - processo nº 02001.002567/1997-08

Origem: Coordenação de Energia Elétrica, Nuclear e Dutos

Ementa: Reporte preliminar de vistoria à Usina Termelétrica Presidente Médici (UTPM)- sistema de armazenamento de óleo combustível e dispositivos de controle ambiental associados

1. Introdução

O presente Parecer tem como objetivo apresentar reportes preliminares acerca de vistoria na Usina Termelétrica Presidente Médici (UTPM) realizada entre 13/09/16 e 14/09/16, no que se refere ao sistema de armazenamento de óleo combustível e dispositivos de controle ambiental associados.

Trata-se de empreendimento de responsabilidade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), objeto do processo de licenciamento ambiental nº 02001.002567/1997-08 no Ibama, constituído pelas Fases A e B, cuja operação é regida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado em 13 de abril de 2011, aditivado em 16 de agosto de 2013; e pela Fase C, com operação regida pela Licença de Operação nº 991/2010 - 1º Renovação, concedida em 29 de dezembro de 2010, renovada em 05 de abril de 2016.

Em 27 de janeiro de 2016 emitiu-se à CGTEE o Ofício nº 02001.000002/2016-90 COEND/IBAMA, com Notificação Administrativa referente a não conformidades de gestão e tratamento de resíduos e efluentes líquidos oleosos constatadas em vistoria à UTPM, conforme PAR. 02023.000015/2016-19 NLA/RS/IBAMA.

Desde a referida notificação a empresa apresentou informações, documentos e relatórios que tiveram como objetivo oferecer resposta ao supracitado ato. Nesta resposta destacam-se o “Plano de Ações para recuperação e manutenção dos sistemas de recebedoria, estocagem e transferência de Óleo Combustível” e o “Relatório Técnico Operacional de Consumo de Óleo combustível - OCPA1”.

O Parecer 02001.000977/2016-18 COEND/IBAMA efetuou análise sobre parte da documentação apresentada e, relacionado ao Plano de Ações, conclui pela razoabilidade “das ações propostas, no intuito de corrigir os aspectos relatados pelo PAR 02023.000015/2016-19 NLS/RS/IBAMA que motivaram esta solicitação” e ressalta “que



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Elétrica, Nuclear e Dutos

estas medidas devem ser avaliadas continuamente pela CGTEE e em vistorias a UTPM realizadas pelo IBAMA”.

O Parecer 02023.000200/2016-03 NLA/RS/IBAMA, em complemento ao Parecer mencionado no parágrafo anterior, analisa tecnicamente o Relatório Técnico Operacional de consumo de óleo combustível e conclui que “os excessos de consumo de OCP guardam relação direta com sobrecargas no sistema de armazenamento e distribuição, reduzindo a eficiência do processo e elevando o grau de estresse, instabilidade e insegurança operacional” e que no período analisado “ocorrências de acréscimo de concentração de óleos e graxas nas drenagens líquidas a serem tratadas previamente ao descarte no corpo receptor foram registradas e computadas, sendo associadas aos vazamentos registrados, indicando subdimensionamento e inoperabilidade dos dispositivos industriais de controle de drenagens oleosas”.

Em 09 de setembro de 2016 foi lavrado o Termo de Embargo número 31207-E, entregue ao empreendedor em 13/09/2016, declarando que “ficam embargadas as atividades de operação do Complexo Termelétrico Presidente Médici, até que seja comprovada a regularização dos sistemas de armazenamento e distribuição de óleo combustível pesado e dispositivos de controle ambiental associado”.

Neste contexto, reforçando o caráter preliminar deste documento, apresentam-se figuras que ilustram a situação atual do complexo constatada em vistoria; efetua-se uma análise preliminar sobre as atividades elencadas no Plano de Ação apresentado; e apresentam-se considerações complementares sobre a gestão de efluentes e resíduos do complexo.

2. Análise

Em função das limitações de edição de texto do Sistema Documental DocIBAMA, impossibilitando a inclusão de Figuras, Gráficos e Tabelas, toda a análise técnica é desenvolvida no Anexo ao Presente Parecer, sendo parte integral e necessária à Conclusão e Encaminhamentos propostos.

3. Conclusões e encaminhamentos

Considerando as evidências de não-conformidades no sistema de armazenamento de óleo combustível e nos dispositivos de controle ambiental associadas apresentadas no registro fotográfico;

Considerando a não execução de ações previstas no Plano de ação proposto pela empresa em resposta à notificação administrativa encaminhada por meio do Ofício nº 02001.000002/2016-90 COEND/IBAMA, referente a não conformidades de gestão e tratamento de resíduos e efluentes líquidos oleosos constatadas em vistoria;

Conclui-se pela pertinência da manutenção das sanções administrativas aplicadas e em



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Elétrica, Nuclear e Dutos



vigencia até que seja comprovada a regularização dos sistemas de armazenamento e distribuição de óleo combustível pesado e dispositivos de controle ambiental associado.

ORIGINAL ASSINADO

Brasília, 14 de setembro de 2016

Felipe Ramos Nabuco de Araujo
Analista Ambiental da COEND/IBAMA

ORIGINAL ASSINADO

Rafael Freire de Macedo
Analista Ambiental do NLA/RS/IBAMA

EM BRANCO



ANEXO I
PAR. 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA

1. Introdução

O presente documento é parte integrante do Parecer 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA e tem como objetivo apresentar um reporte preliminar sobre vistoria realizada na Usina Termelétrica Presidente Médici (UTPM) entre 13 e 14 de setembro de 2016, no que se refere ao sistema de armazenamento de óleo combustível e dispositivos de controle ambiental associados.

Apresentam-se um registro fotográfico (item 2 e respectivos anexos), que busca evidenciar o atual cenário da usina relacionado ao sistema supracitado; as atividades elencadas no Plano de ação apresentado pelo empreendedor (item 3) em resposta a notificação administrativa (Ofício nº 02001.000002/2016-90 COEND/IBAMA) referente a não conformidades de gestão e tratamento de resíduos e efluentes líquidos oleosos constatadas em vistoria em janeiro de 2016, realizando análise comparativa com o registro fotográfico executado; e apresentam-se informações complementares presentes no processo de licenciamento e confirmadas durante vistoria, que estão relacionados ao tema objeto deste relatório.

2. Relatório fotográfico

Diante das fotos apresentadas nos Anexos fotográficos deste Parecer, destacam-se:

- A identificação de presença de pluma de óleo nas bacias de decantação de cinzas que antecede o lançamento do efluente no corpo hídrico receptor;
- Constatação de sobrecarga da área de acondicionamento temporário e acondicionamento irregular de resíduos, em especial resíduos perigosos classe I, como resíduos químicos e resíduos oleosos (estimativa de 372 tonéis);
- Constatação de irregularidade no sistema de nivelção da chama da Fase A da Usina, que acarreta aporte de óleo combustível diretamente na drenagem profunda do complexo, tendo em vista que a irregularidade reportada provoca a deposição de óleo não queimado no processo de acendimento da caldeira;
- Constatação de não-conformidades nos sistemas de armazenamento e manuseio de óleo combustível, como a inexistência de proteções físicas (bacias de contenção) nos sistemas que armazenam ou manuseiam óleos e graxas, evidenciando a manutenção de risco iminente de contaminação que fora constatada na vistoria realizada na planta em janeiro de 2016;
- Constatação de não-conformidades nos dispositivos de tratamento preliminar de óleos e graxas, como a presença de caixas separadoras de água e óleo entupidas com cinzas, mal dimensionadas, recebendo aportes de efluentes sanitários, sem as estruturas de bloqueio de estágios e sem evidência de limpeza e manutenção;
- Constatação de plumas de óleo acumuladas em pontos de drenagem ao longo da Usina.

3. Atividades propostas no Plano de para recuperação e manutenção dos sistemas de recebedoria, estocagem e transferência de Óleo Combustível

A figura 1 apresenta as atividades apresentadas pela empresa no “Plano de ação para recuperação e manutenção dos sistemas de recebedoria, estocagem e transferência de óleo combustível”:

3.1. Ações por Sistemas

3.1.1. Sistema FKG (Recebimento de óleo combustível)

- Recomposição das linhas de vapor (aquecimento);
- Substituição de mangotes (carga e descarga);
- Substituição de juntas de dreno;
- Recuperação da tampa do filtro das bombas;
- Manutenção preventiva dos equipamentos;
- Limpeza do sistema.

3.1.2. Sistema FKF (Armazenamento e Transferência de óleo combustível)

- Recomposição das linhas de vapor (aquecimento);
- Instalar cobertura na estação;
- Recompôr grades das canaletas;
- Instalar válvula de isolamento de vapor na linha;
- Manutenção preventiva dos equipamentos;
- Limpeza do sistema.

3.1.3. Sistema 3/4 FPO (Estações de óleo combustível Fase B) e Sistema 5 EGH (Estações de óleo combustível Fase C)

- Recomposição das linhas de vapor (aquecimento);
- Recuperação das bacias de contenção de óleo;
- Recuperação de fotocélulas (revelação de chama);
- Repor tampa das canaletas;
- Melhorias no sistema de iluminação;
- Manutenção preventiva dos equipamentos;
- Limpeza do sistema.

Também estão identificadas as necessidades abaixo:

- Recuperação parcial dos isolamentos térmicos das linhas de aquecimento (traços de vapor);
- Revisão do aquecedor de sucção tanque nº 4;
- Inspeção tanque de armazenamento nº 4;
- Medição de espessura;
- Limpeza da bacia de contenção das bombas de transferência;
- Recolhimento do material decorrentes das limpezas;
- Revisão dos purgadores dos traços de vapor;

- Inspeção das caixas separadoras de óleo nos pontos de coletas da rede fluvial;
- Confecção de caixas de contenção de óleo:
 - Compressores de ar comprimido Fase A / B;
 - Tanque de Transferência de Óleo Fase C (5-EGH).

Figura 1 – atividades previstas no plano de ação apresentada pela empresa

4. Informações complementares:

a. Quanto à resultados recentes de monitoramento do efluentes apresentados:



O Parecer 02023.000200/2016-03 citado na introdução deste Parecer, analisou tecnicamente o Relatório Técnico Operacional de consumo de óleo combustível apresentado pelo empreendedor.

Entre as informações analisadas, utilizou como referência resultados apresentados pela empresa sobre o monitoramento do parâmetro óleos e graxas totais no efluente, entre abril de 2015 e março de 2016, e atestou “ocorrências de acréscimo de concentração de óleos e graxas nas drenagens líquidas a serem tratadas previamente ao descarte no corpo receptor”.

De forma complementar, apresentam-se abaixo dados de monitoramento mais recentes, referentes a fevereiro, março e abril de 2016, apresentados pelo empreendedor por meio da carta DT-023/2016 em 05/05/16. Observa-se novos episódios de ultrapassagem do limite estabelecido, fato que evidencia o cenário ativo quanto a contaminação dos efluentes.

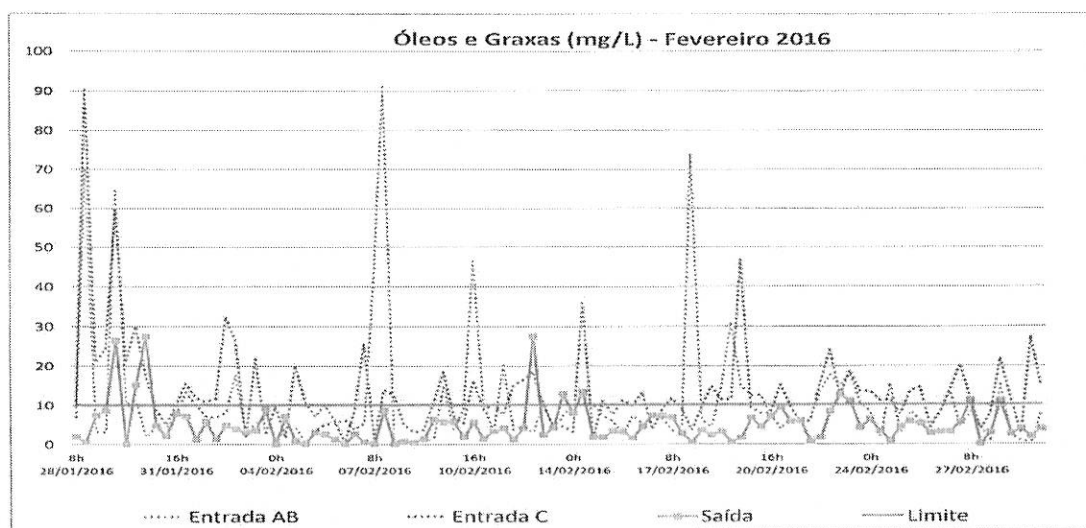


Figura 2 – Resultado do monitoramento de óleos e graxas no efluente de fevereiro de 2016

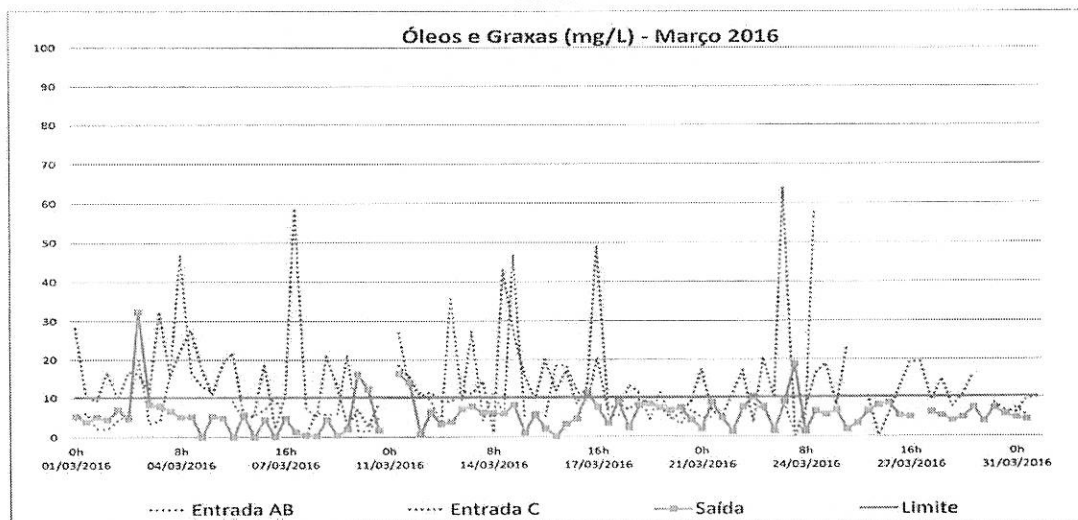


Figura 3 – Resultado do monitoramento de óleos e graxas no efluente de março de 2016

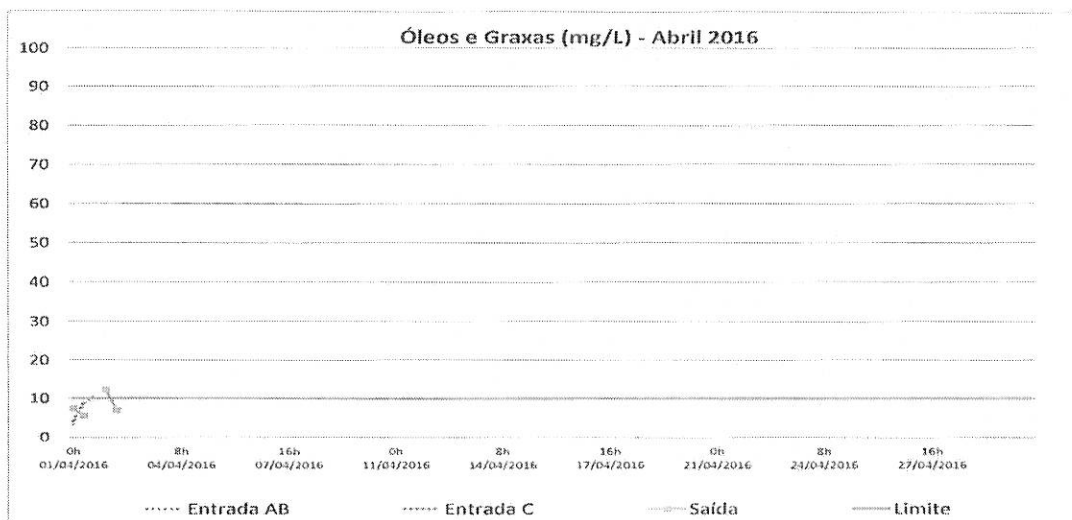


Figura 4 – Resultado do monitoramento de óleos e graxas no efluente de abril de 2016, a ser complementado nos próximos relatórios.

b. Quanto a destinação de resíduos sólidos

Conforme já registrado anteriormente no âmbito do processo de licenciamento ambiental do complexo, informa-se que a destinação de resíduos sólidos encontra-se paralisada, devido a inexistência de contrato com empresa especializada, propiciando uma sobrecarga na área de depósito intermediário de resíduos, que por sua vez acarreta o acondicionamento incorreto de resíduos contaminados por óleos e graxas e o risco de contaminação de solo, água superficial e água subterrânea.

O Plano de ação apresentado previa a solução definitiva para esta questão em 21/06/16 (conforme figura 5), no entanto constatou-se que a ação não foi executada no prazo.

SISTEMAS DE ÓLEO COMBUSTÍVEL ELETROBRÁS CGTEE PLANO DE AÇÃO							
Id	% concluída	Nome da tarefa	Duração	Início	Término	Semestre 1 de 2016	Semestre 2 de 2016
17	0%	CONCLUSÃO INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL	60 dias	22/04/16	21/06/16		
18	7%	ATIVIDADES GERAIS	854 hrs	22/02/16	21/07/16		
19	0%	CONFEÇÃO DE CAIXA DE CONTENÇÃO COMPRESSORES DE AR COMPRIMIDO	20 dias	02/05/16	27/05/16		
20	0%	CONTRATAÇÃO, VIA RP, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I E II (CGTEE/UPME-0029/2016)	120 dias	22/02/16	21/06/16		
21	100%	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS, VIA RP, DESTINAÇÃO EMERGENCIAL DE BARRA OLEOSA (P/R000000)	20 dias	22/02/16	20/03/16		
22	0%	CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO, VIA RP, DE TAMBORES PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS (RP 15800023)	120 dias	22/02/16	21/06/16		
23	0%	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, VIA RP, DE SUÇÃO DE RESÍDUOS A VÁCUO (RP 15800022)	150 dias	22/02/16	21/07/16		

Figura 5 – Destaque do cronograma apresentado pelo empreendedor no Plano de Ação em 06/05/16, relacionado a contratação de serviço de destinação de resíduos..

c. Quanto ao monitoramento ambiental do corpo hídrico receptor:

Conforme já registrado anteriormente no âmbito do processo de licenciamento ambiental do complexo, informa-se que o monitoramento do corpo receptor dos efluentes do complexo encontra-se paralisado, devido à inexistência de contrato com empresa especializada, impossibilitando, assim, o conhecimento do nível de impacto ambiental que o lançamento da carga poluidora constatada provoca no curso hídrico e compartimentos ambientais associados.



d. Quanto ao tratamento de efluentes sanitários e industriais

Informa-se que as estações de tratamento de efluentes sanitários e tratamento de efluentes industriais existentes no complexo encontram-se paralisadas, propiciando aporte poluidor adicional ao corpo hídrico receptor sem o devido tratamento ambiental;

5. Considerações finais

Considerando as não conformidades constatadas, ilustradas no registro fotográfico deste Relatório, e sua relação com a poluição ativa dos efluentes do complexo;

Considerando as não conformidades constatadas, ilustradas no registro fotográfico deste Relatório, e sua relação com o risco iminente de poluição do corpo hídrico receptor, solo e água subterrânea;

Considerando que as não conformidades constatadas, ilustradas no registro fotográfico deste Relatório, em conjunto com a inexistência de contrato com empresa especializada para destinação de resíduos, evidenciam o não cumprimento do Plano de ações apresentado pela empresa;

Considerando que a empresa não executa o monitoramento ambiental do corpo hídrico receptor, impossibilitando análise sobre o nível do impacto ao meio ambiente causado pela emissão dos efluentes contaminados;

Considerando que a inexistência de contrato com empresa especializada para destinação de resíduos, amplificam o risco de contaminação de água e solo superficial e subterrâneo, tendo em vista o acondicionamento irregular de resíduos perigosos.

Entende-se pertinente a manutenção das sanções administrativas aplicadas e em vigência até que seja comprovada a regularização dos sistemas de armazenamento e distribuição de óleo combustível pesado e dispositivos de controle ambiental associados.

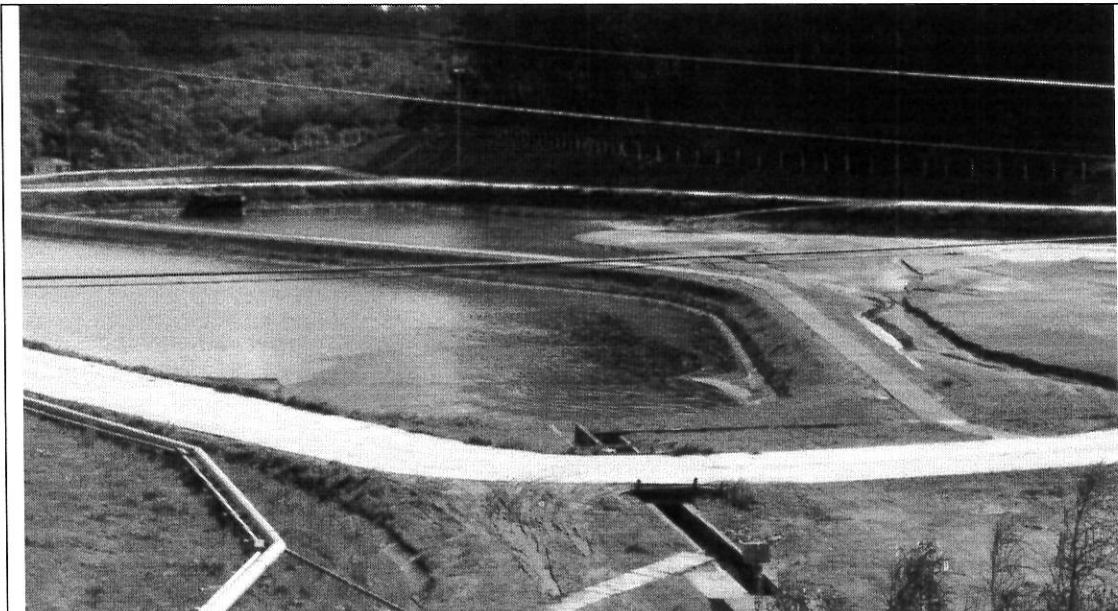
EM BRANCO



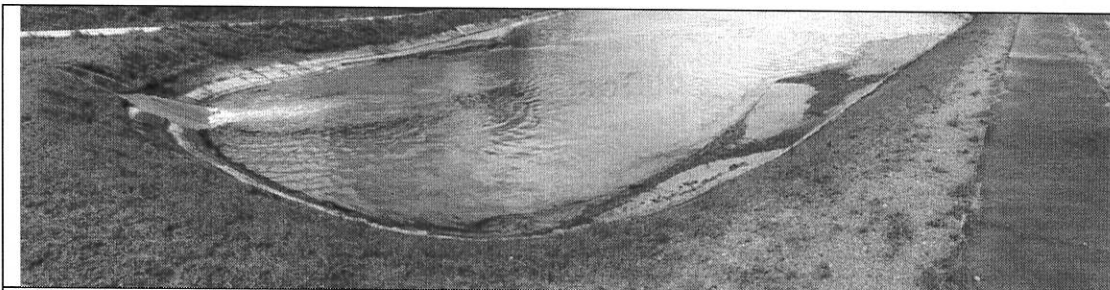
ANEXO 1
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
VISTORIA TÉCNICA
USINA TERMOELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI (UPME)
PAR. 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA



A1. Bacia 1 de Decantação de Cinzas. Recebimento de efluentes líquidos contaminados com Óleo, em vazão instantânea de 515,8 m³/h



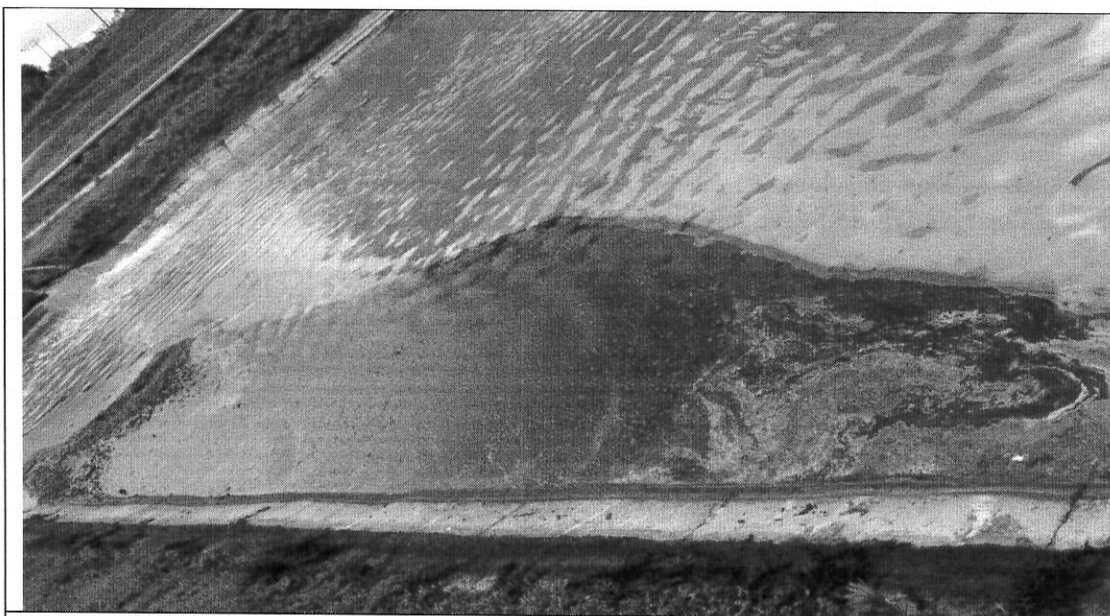
A2. Bacia 1 de Decantação de Cinzas. Recebimento de efluentes líquidos contaminados com Óleo.



A3. Bacia 1 de Decantação de Cinzas. Recebimento de efluentes líquidos contaminados com Óleo



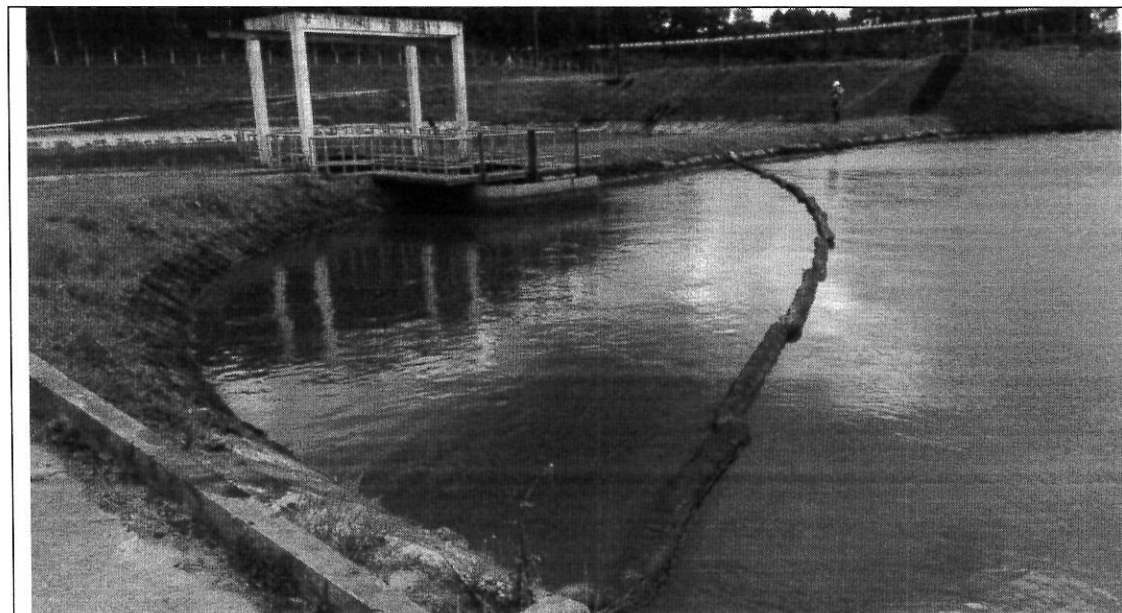
A4. Bacia 2 de Decantação de Cinzas. Estocagem de cinzas aguardando recolhimento.



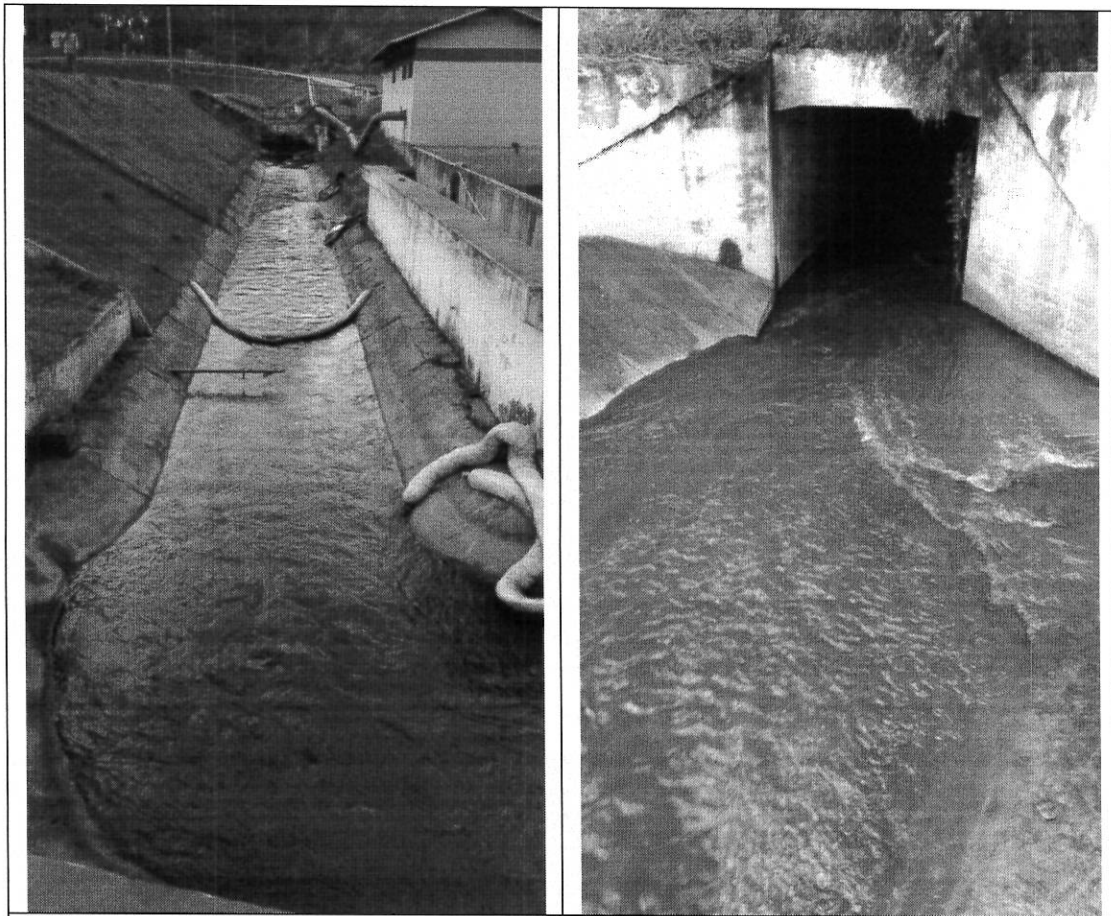
A5. Bacia 1 de Decantação de Cinzas. Pluma de Óleo sobrenadante no efluente líquido.



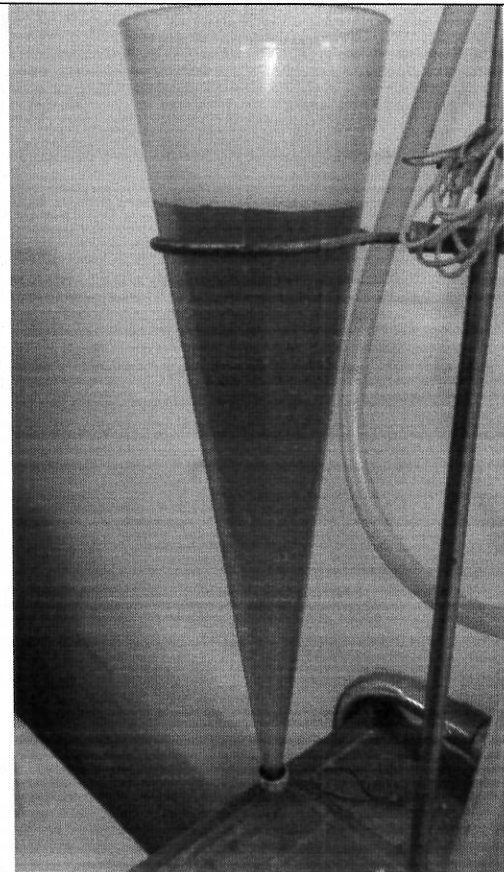
A6. Bacia 3 de Decantação de Cinzas. Recebimento de efluentes líquidos contaminados com Óleo.



A7. Bacia 3 de Decantação de Cinzas. Barreira absorvedora de Óleo, visualmente saturada. Ação de contingência.



A8. Canal de descarte de efluentes líquidos. Presença de barreiras absorvedoras de Óleo. Ação de contingência. Iridescência.



A9. Característica do efluente líquido final. Alta turbidez, sólidos sedimentáveis e em suspensão. Resultado da análise dos teores de Óleos e Graxas não disponibilizado.



A10. Descarte de efluentes líquidos no corpo receptor.



A11. Deposição de materiais inertes na APP do corpo receptor. Contribuições do sistema de tratamento de efluentes líquidos e fontes difusas da estrada de acesso à CRM.



A12. Bacia 5 de Emergência da Fase C. Efluentes contaminados com Óleo, estocados aguardando recolhimento.



A13. Recolhimento de efluentes contaminados com Óleo na Bacia 5. Ação de Contingência.

EM BRANCO



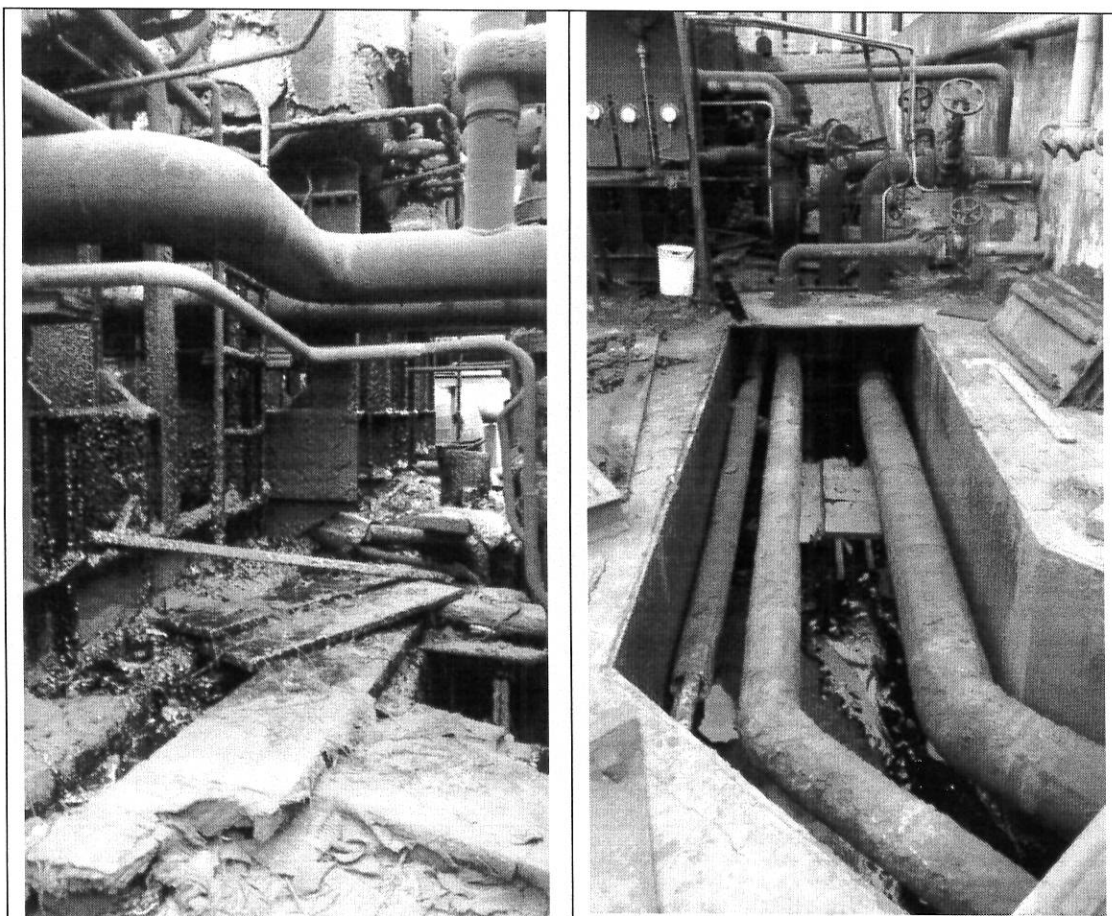
ANEXO 2
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
VISTORIA TÉCNICA
USINA TERMOELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI (UPME)
PAR. 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA



B.1. Sistema FKF.



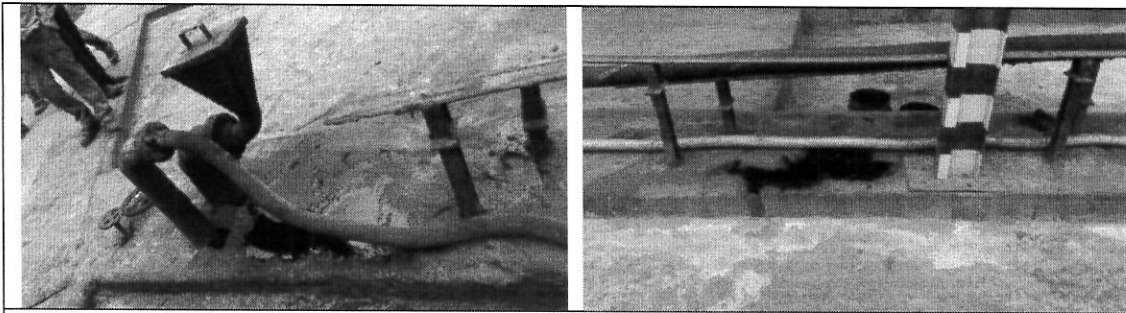
B2. CSO06 Entupida com cinzas, comprometendo o funcionamento do dispositivo.



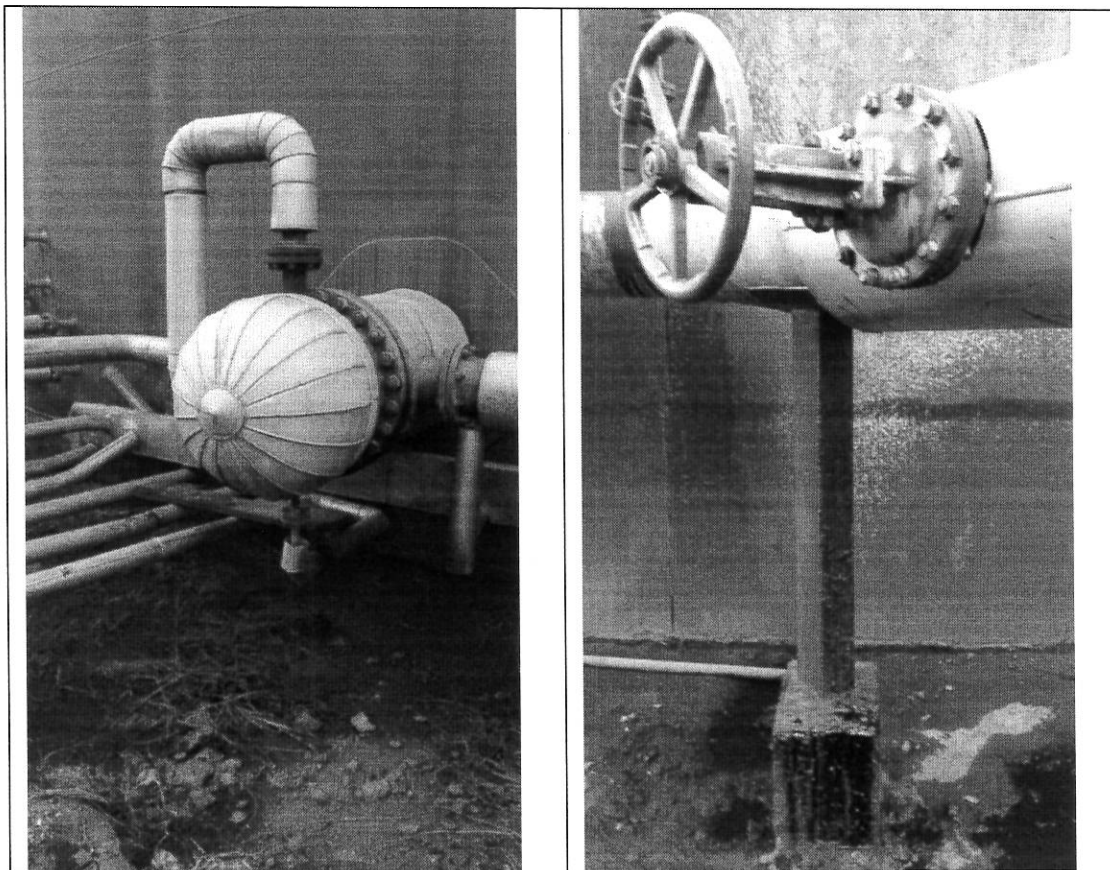
B3. Vazamento de Óleo do sistema de bombeamento, com contaminação de drenagem.



B4. CSO05 com presença de camada sobrenadante de Óleo no primeiro estágio, comprometendo a eficiência do dispositivo.

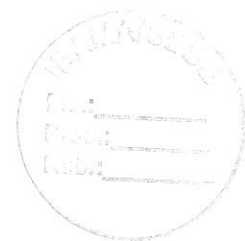


B5. Evidência de pequenos vazamentos no sistema FKG indevidamente gerenciados para acondicionamento e destinação.

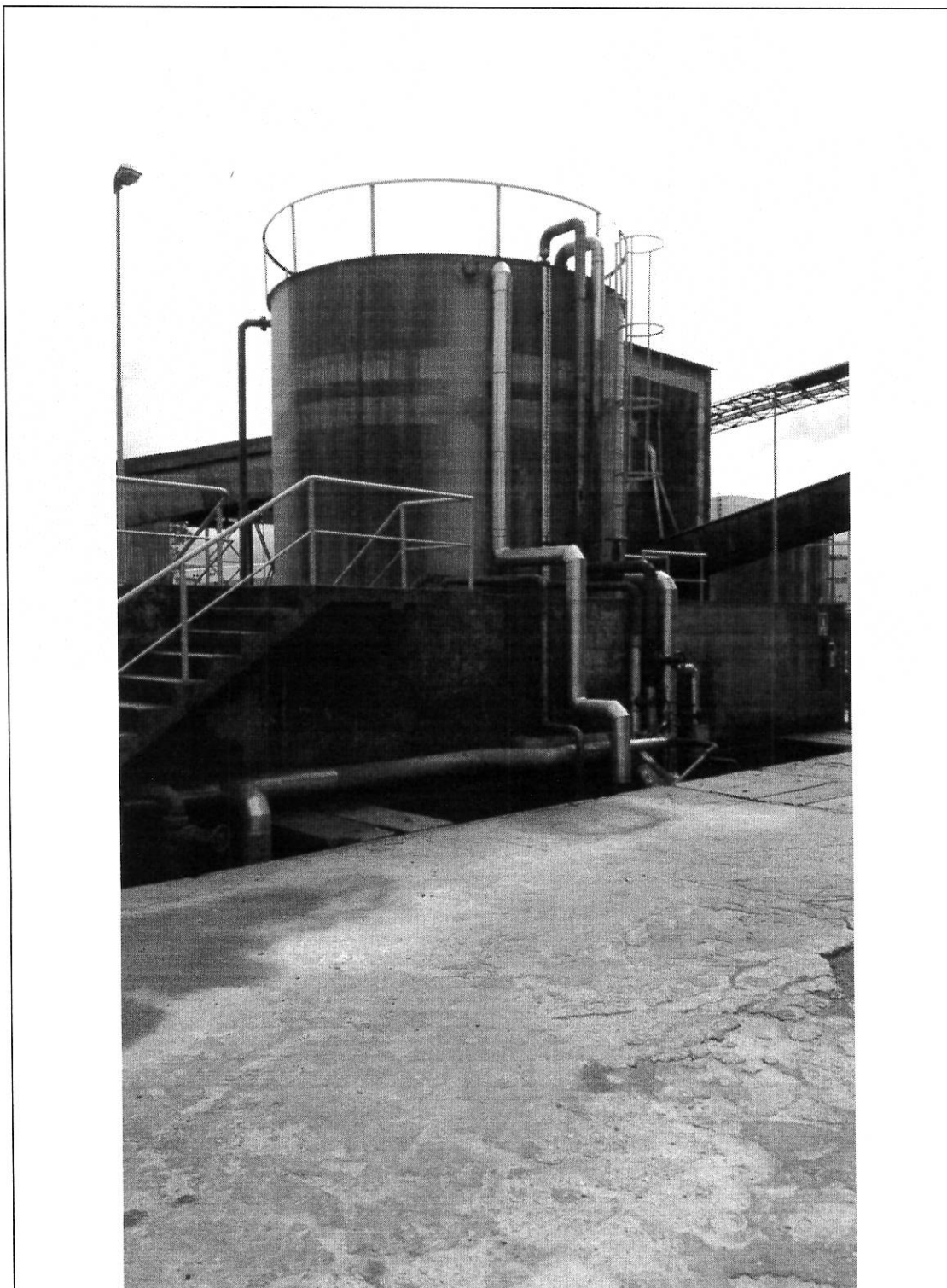


B6. Vazamento em válvulas do sistema de tancagem principal, com capacidade de 500 m³ de armazenamento.

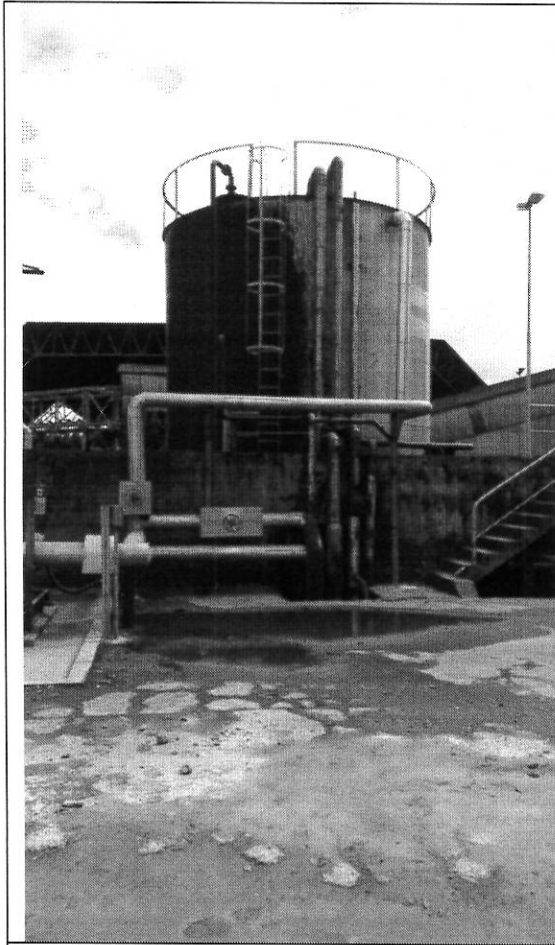
EM BRANCO



ANEXO 3
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
VISTORIA TÉCNICA
USINA TERMOELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI (UPME)
PAR. 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA



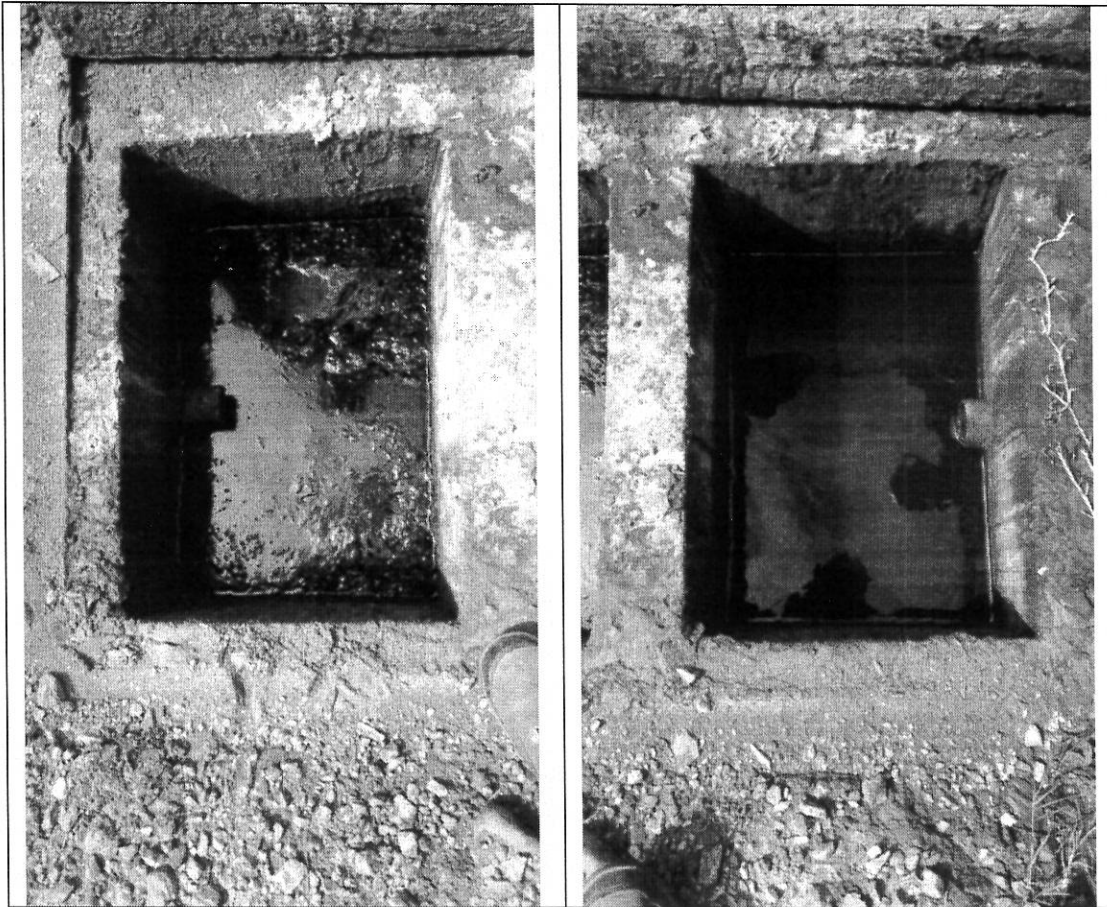
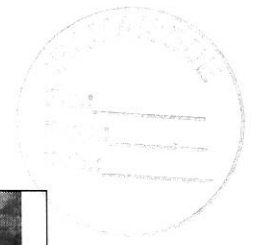
C1. Tanque de armazenamento de Óleo para alimentação da Fase A.



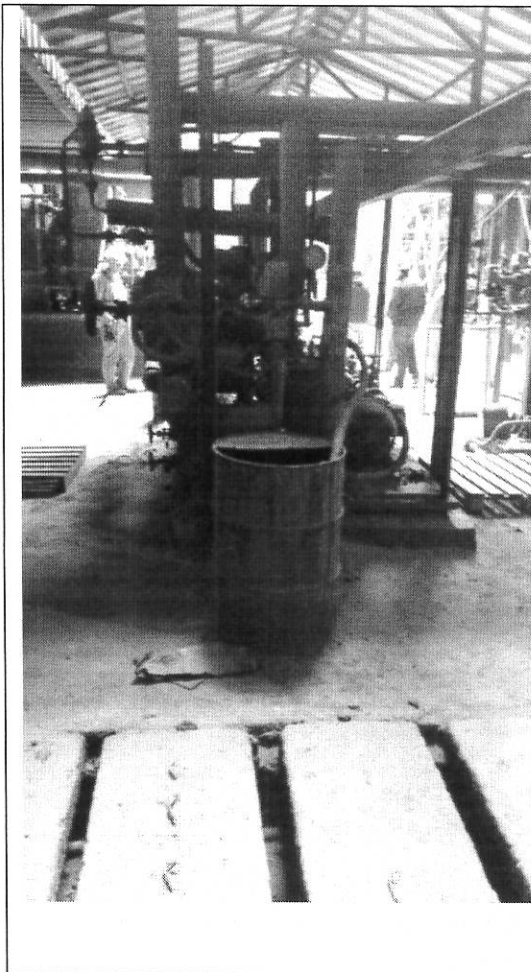
C2. Tanque de armazenamento de Óleo combustível recolhido em vazamentos



C3. Tanque de recuperação de Óleo combustível. Indisponibilidade operacional.



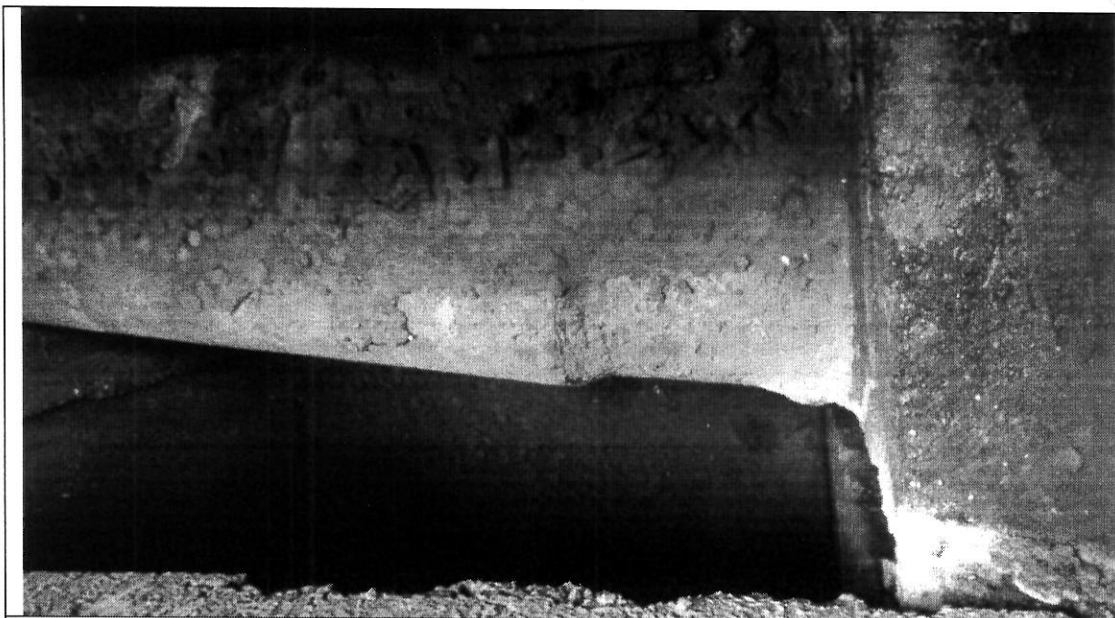
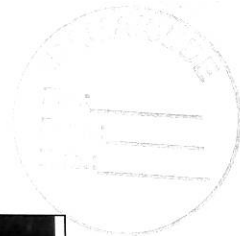
C4. CSO01 com presença de camada espessa de Óleo sobrenadante no primeiro estágio, comprometendo a eficiência do dispositivo.



C5. Sistema de bombeamento de Óleo combustível para a Fase A. Ponto crítico de vazamento. Requer inspeção.



C6. Duto de descarga de drenagem da tremonha de cinzas de fundo da caldeira. Ponto crítico de vazamento decorrente da ineficiência de injeção do combustível nos queimadores. Ausência de dispositivo de contenção de drenagem oleosa, que é direcionada para a drenagem profunda sem prévio tratamento, vertendo para a bacias de decantação.



C7. CSO08 sem bloqueios de estágios comprometendo a eficiência do dispositivo.



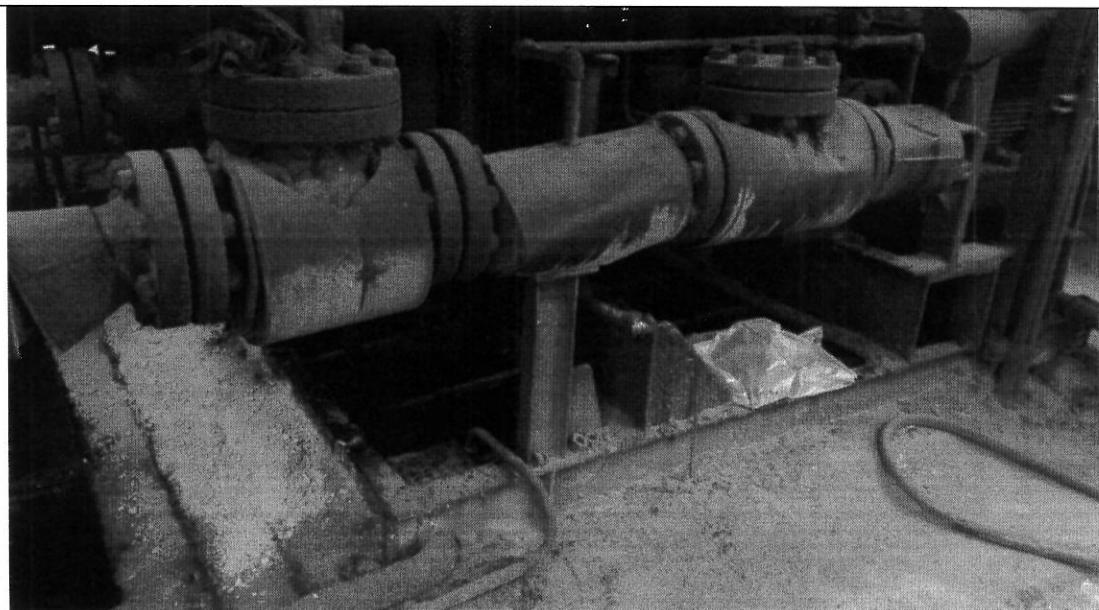
ANEXO 4
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
VISTORIA TÉCNICA
USINA TERMOELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI (UPME)
PAR. 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA



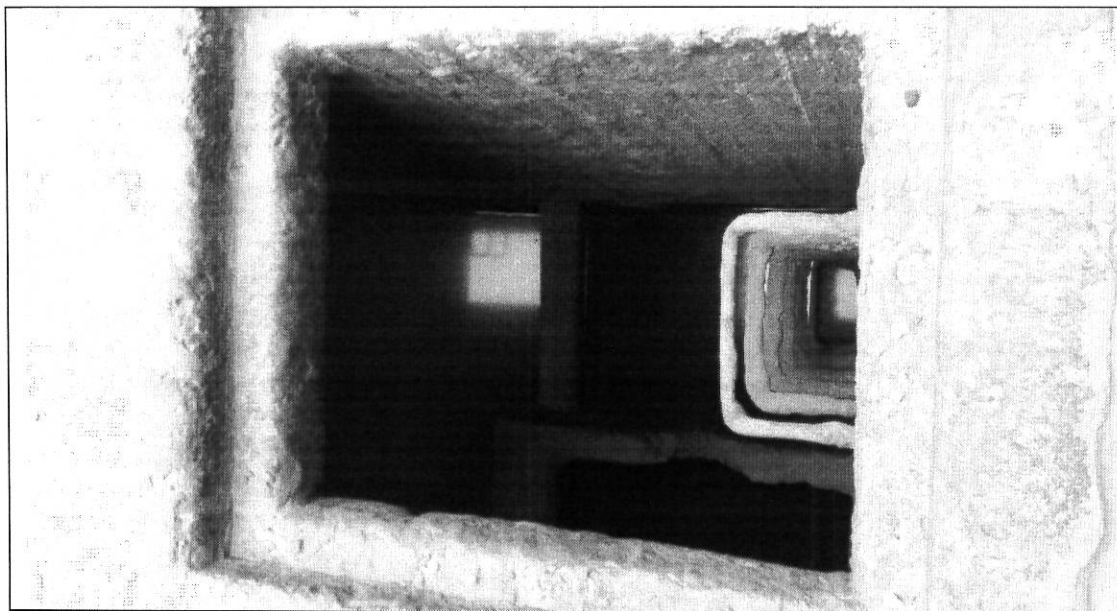
D1. Sistema de bombeamento de Óleo para alimentação da Fase B – $\frac{3}{4}$ FPO



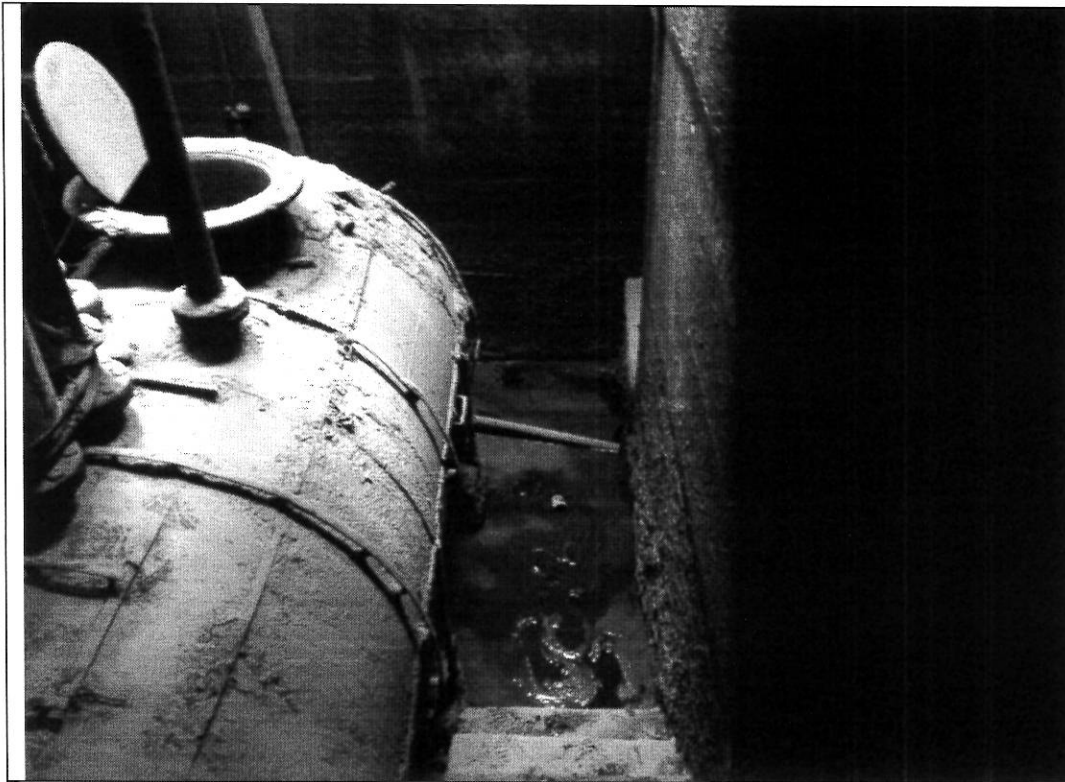
D2. Vazamento de Óleo no sistema de bombeamento.



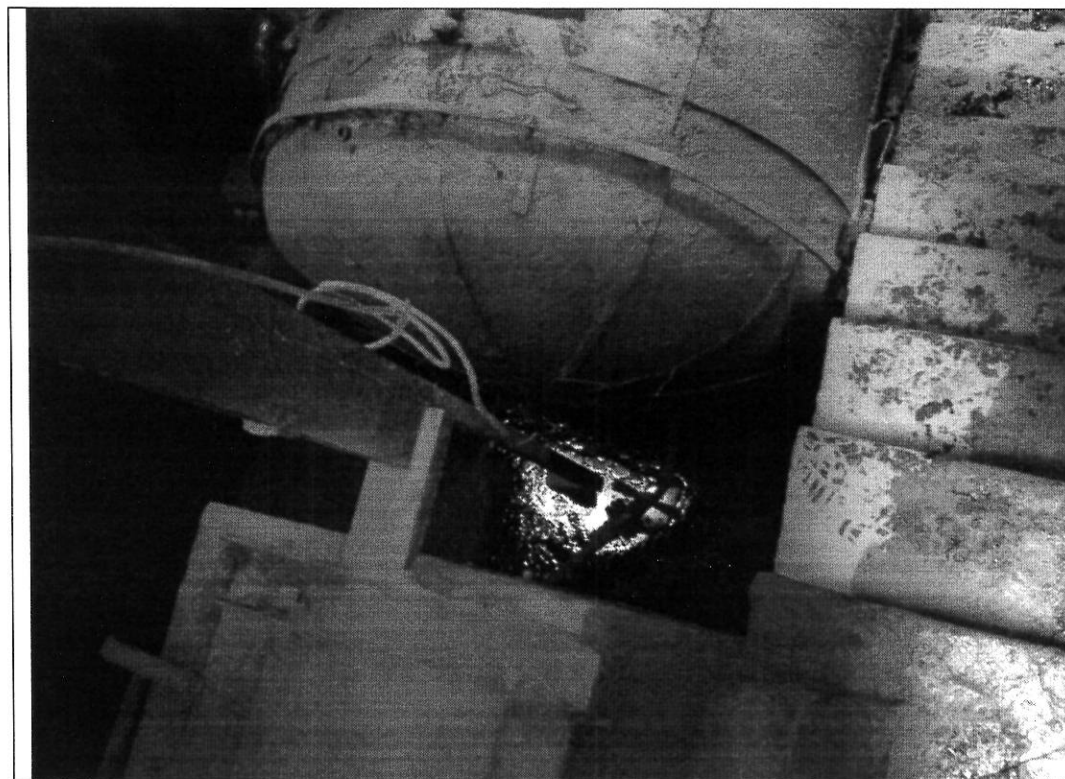
D3. Vazamento de Óleo em redutores e conexões. Vide Relatório de Vistoria de Janeiro/2016



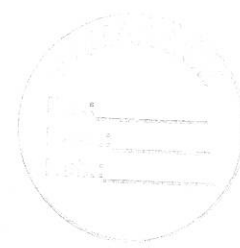
D4. CSO03 com presença de filme de Óleo nos três estágios.



D5. Tanque de recolhimento de óleo da bandeja de contenção do sistema de bombeamento.



D6. Contaminação da câmara do Tanque de Recolhimento, com drenagem contaminada direcionada à drenagem profunda sem prévio tratamento, vertendo para as Bacias de Decantação do complexo.



ANEXO 5
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
VISTORIA TÉCNICA
USINA TERMOELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI (UPME)
PAR. 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA



E1. Sistema de armazenamento e bombeamento de Óleo Combustível de alimentação da Fase C – 5EGH



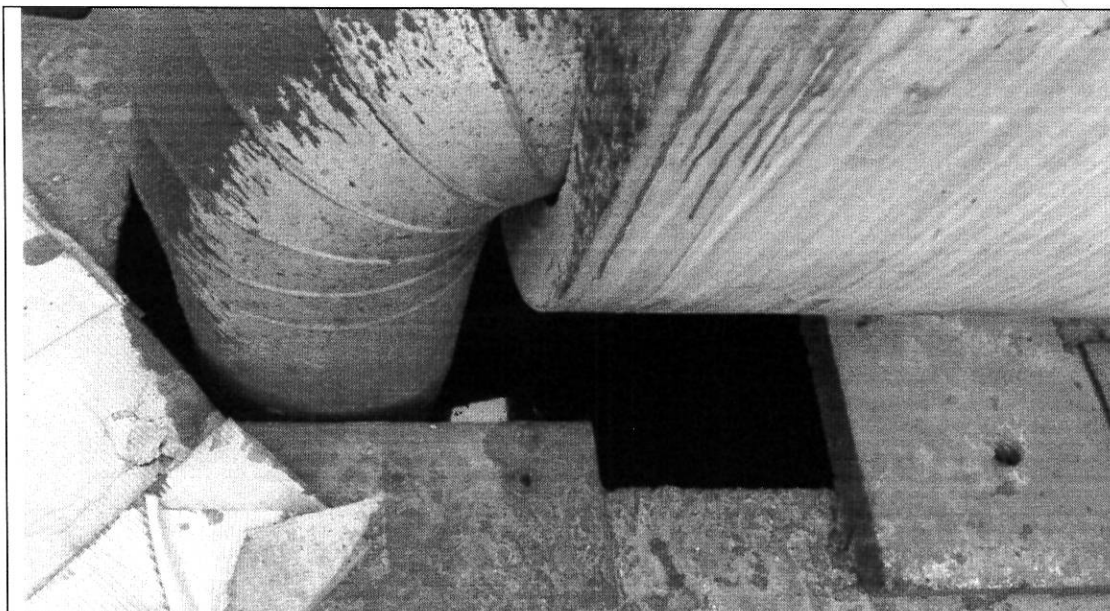
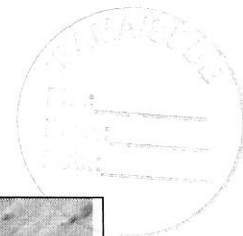
E2. Sistema de armazenamento e bombeamento de Óleo Combustível de alimentação da Fase C – 5EGH



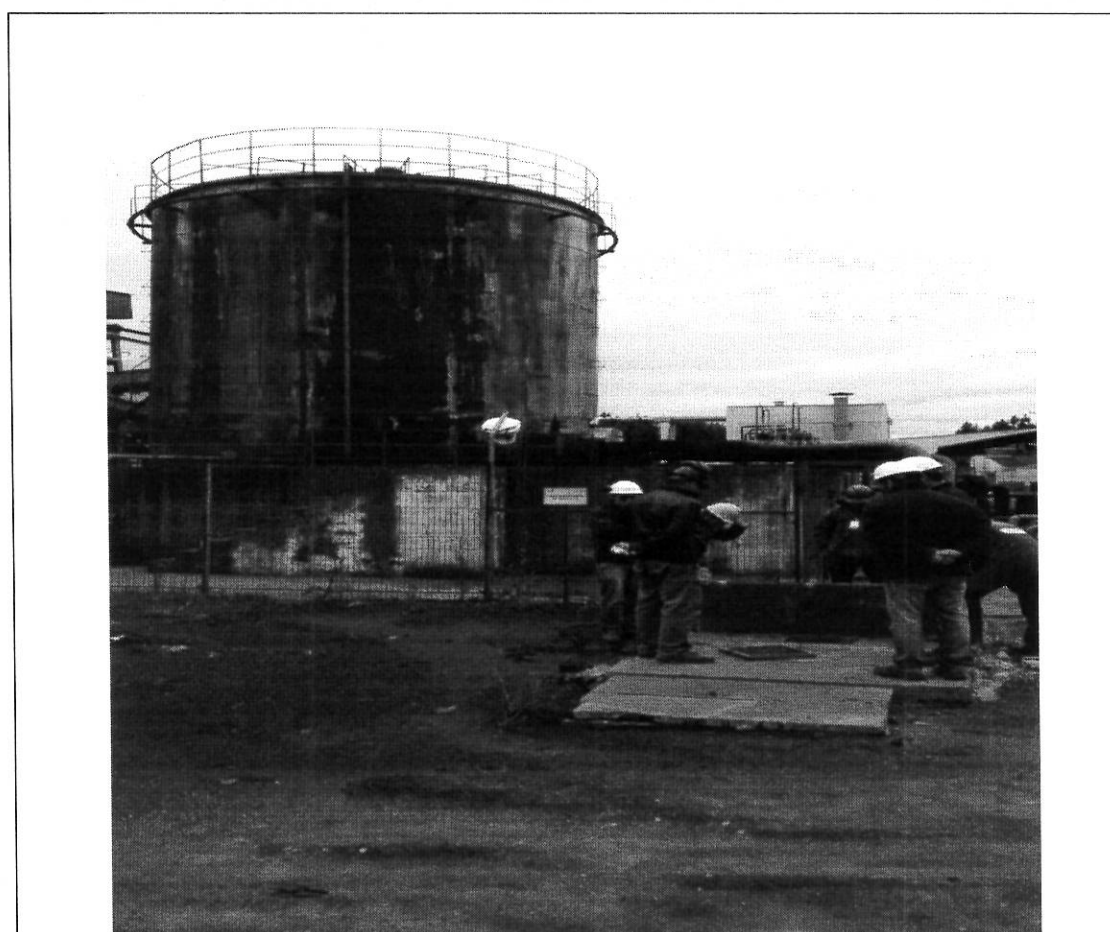
E.3 Sistema de armazenamento e bombeamento de Óleo Combustível de alimentação da Fase C – 5EGH



E4. Vazamento do sistema de bombeamento. Drenagem com destinação desconhecida.



E.5. Vazamento do sistema de bombeamento. Drenagem com destinação desconhecida



E.6 CSO11 construída recentemente, conectada à tubulação existente de drenagem do pátio de bombeamento e estocagem. Dimensionamento não considerou todas as drenagens do sistema por desconhecimento pela CGTEE do projeto de engenharia construtiva.



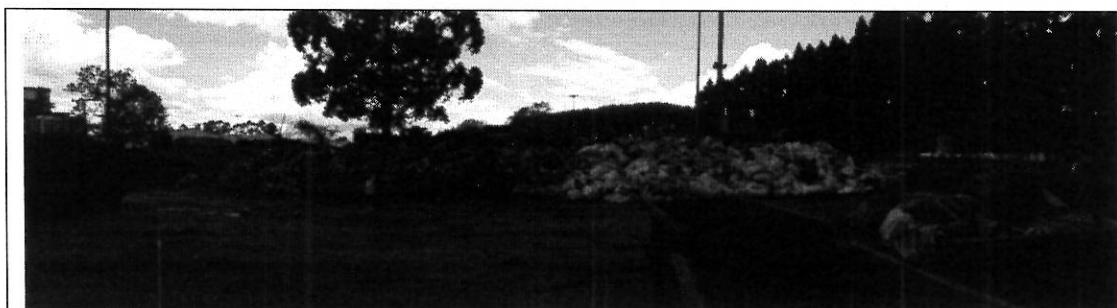
E7. CSO11 com presença de filme de Óleo no último estágio



ANEXO 6
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
VISTORIA TÉCNICA
USINA TERMOELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI (UPME)
PAR. 02001.003539/2016-10 COEND/IBAMA



F1. Depósito Temporário de Resíduos Sólidos



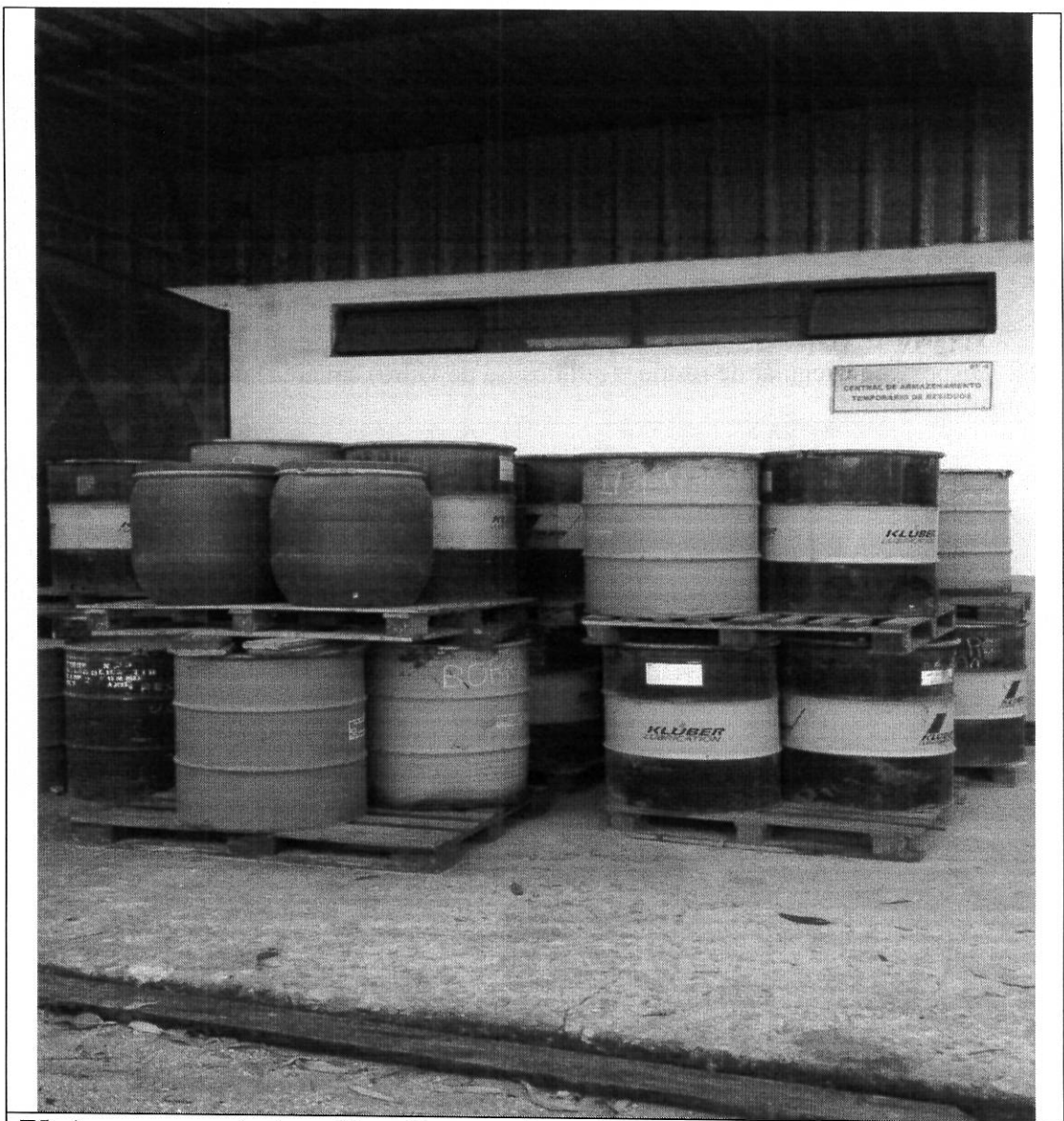
F2. Disposição irregular de resíduos sólidos (lá de vidro) em área não impermeabilizada.



F3. Disposição irregular de resíduos sólidos (sucata metálica) em área não impermeabilizada.



F4. Depósito de 372 toneladas de resíduo oleoso (~70 m³), segundo representante da CGTEE. Ausência de registro formal em forma de inventário.



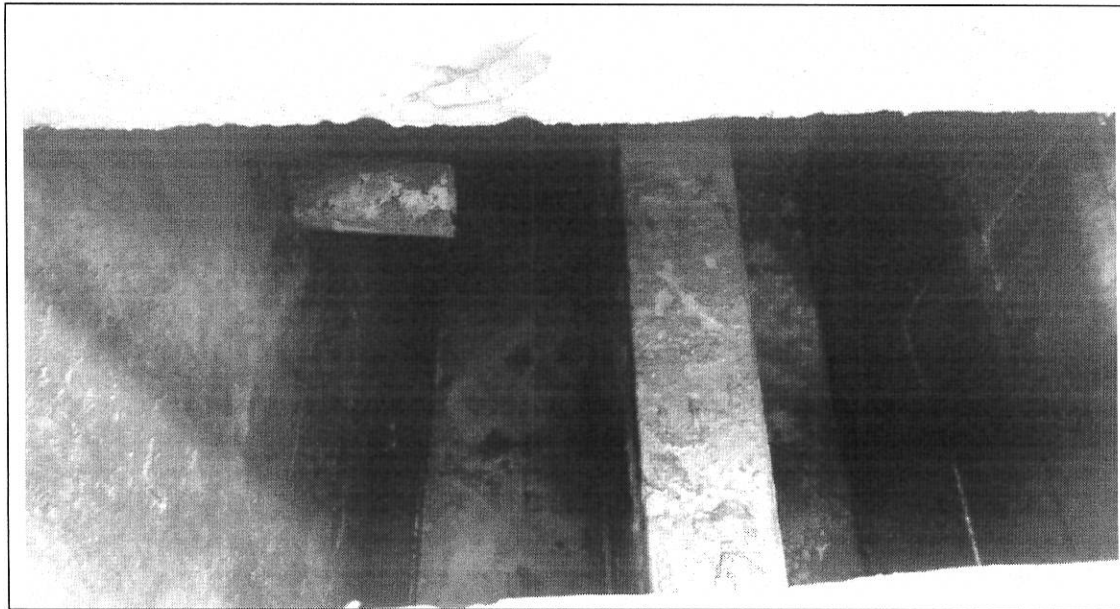
F5. Armazenamento de resíduo oleoso em área externa, desprovida de sistema de drenagem dedicado.



F6. Armazenamento indevido de resíduos oleosos sobre piso não impermeabilizado, desprovido de cobertura e sistema de drenagem dedicado.



F7. Resíduos sólidos contaminados com óleo armazenados sobre piso não impermeabilizado, desprovido de cobertura e sistema de drenagem dedicado



F8. CSO10 com dois estágios saturados com Óleo. Requer limpeza do sistema.

IBAMA / Unidade 02001
CONFERIDO
Processo autuado com _____ peça (s)
Às _____ horas
Data: ____/____/____
Servidor _____